

DOM MATTEO ZUPPI

Projecto: Caminhos da Paz

Italiano

É um padre católico italiano da comunidade de Santo Egídio actualmente arcebispo da arquidiocese de Bolonha. Esteve directamente envolvido nas negociações de Paz em Moçambique sendo um dos mediadores deste processo

P.: Há muitos anos que está em contacto com a situação Moçambicana. O senhor lembra-se de qual foi a primeira vez?

MZ: A primeira vez que tive contacto com o Moçambique foi através do Bispo de Beira. Tinha contacto com Moçambique antes, mas não de forma directa, não com pessoas, conhecia a realidade de Moçambique, que, no fundo, era um país que se tinha tornado independente e tinha vivido a luta pela libertação. Ficou independente quando a minha geração, que é a primeira geração da Comunidade, era já adulta. No fundo, tínhamos vivido a luta pela libertação quando éramos crianças, por isso era uma dimensão que conhecíamos pouco. Portanto, impressionávamos um país que se tornava independente - e eu já estava na universidade - depois de uma luta tão cansativa, tão dolorosa.

Na realidade, para muitos de nós essa foi também a primeira visão de África, de uma compreensão da complexidade da realidade africana. Mas o primeiro contacto com um Moçambicano foi através do Bispo de Beira que se tinha tornado Bispo há pouco tempo, era conhecido de uma outra pessoa da comunidade. Portanto, convidámo-lo para passar uma noite aqui em Sant'Egídio¹.

Nós ficamos impressionados pois a Igreja Moçambicana pagava a conta da Igreja colonial, mas, de qualquer forma escolhia uma via de diálogo com o Governo, com o qual obviamente não compartilhava a mesma posição, que era uma posição com um certo rigor, naqueles primeiros anos Marxista-leninista, com algumas intransigências, mesmo em relação à Igreja.

Essa Igreja que se tinha transformado rapidamente em uma Igreja Africana, via-se a sofrer por uma certa herança da Igreja branca. Essa atitude ao diálogo criava uma certa simpatia para com eles, portanto, convidámos esse Bispo, que começou a contar-nos sobre a realidade de Moçambique, da dificuldade em falar com o Governo e, sobretudo, da dificuldade em que se encontrava a administrar, de facto, aquilo que era uma transição depois de séculos de regime colonial e a ter que criar instituições, uma convivência, etc. Por isso nos cativou, particularmente e daí começou uma relação que durou ao longo dos anos.

¹ A Comunidade de Sant'Egídio é uma organização católica fundada em 1968 no bairro de Trastevere, em Roma, Itália, dedicada à caridade, evangelização e promoção da Paz.

P.: Uma vez, o Presidente Samora Machel² enviou um italiano à Beira e encontrou Dom Matteo na Beira para uma acção de solidariedade. Pode contar o que se passou?

MZ: Foi em 1984. A Comunidade recebeu um pedido, tanto da Igreja como do Governo Moçambicano, porque era um período de seca terrível. Portanto, pensámos em como responder.

A Comunidade nunca tinha enviado ajuda ao Terceiro Mundo. Não quero dizer que fosse um embaraço, mas sentíamos o desafio das necessidades imediatas mas queríamos evitar contradições dentro do próprio sistema, indo muito longe. A ideia foi de que era preciso começar a mudar as coisas, no Mundo, que nos pertence directamente, mas sem minimizar a essência, pelo contrário, mas que de qualquer forma sempre com um sentido de solidariedade para com o Terceiro Mundo. Enviámos essa ajuda. Para nossa sorte, a nossa ajuda foi facilitada pelo Governo Italiano.

Naquela época o Presidente do Conselho [de facto, na época era Ministro dos Negócios Estrangeiros] era Giulio Andreotti³, que sabendo que a Comunidade de Sant'Egídio mandava essas ajudas mandou uma carta ao seu homólogo Moçambicano. Isso deu maior força às ajudas e permitiu-nos estabelecer uma relação com a classe dirigente Moçambicana, com a qual encontrámos imediatamente muitos motivos de atenção, de colaboração, mas de confronto também, de discussão, mas com uma linguagem que foi muito fácil de estabelecer, de encontrar uma linguagem comum. Também depois com alguns não só a linguagem, mas também a língua, porque tinham estudado na Itália e portanto, era muito fácil para nós compreender e sermos compreendidos nessa solidariedade que acreditávamos e queríamos estabelecer com o Moçambique.

P.: Samora Machel vai aos EUA, depois ao Reino Unido e finalmente passa pela Itália. Havia uma certa hesitação do Papa em falar com um “comunista”. O senhor fez um trabalho para conseguir que houvesse um encontro. Quer contar o que se passou?

MZ: Quando Samora Machel passava pela Europa e, felizmente, tínhamos já uma relação muito aberta, muito franca, não tínhamos outro interesse que não fosse aquele de olharmos juntos para o futuro, com uma convicção que o futuro de Moçambique nos interessava e era parte do nosso próprio futuro. Sempre uma outra grande convicção que o diálogo é o meio com o qual se resolvem os problemas. Muitas vezes os mal-entendidos, as desconfianças, as dificuldades, os medos, os temores, a incapacidade de encontrar-se não permitia fáceis soluções, mas que eram almejadas.

Samora Machel, na realidade, desejava encontrar-se com o Papa, mas por uma propaganda também hostil, por alguma herança do passado, falta de confrontação, de reactivação, quando alguém fala de algum problema que pode pensar em modo gigantesco, na realidade, depois fala

² **Samora Moisés Machel** (Chilembene, Gaza, 29 de Setembro de 1933 — Mbusini, Montes Libombos, 19 de Outubro de 1986) Foi membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique liderou a Guerra da Independência de Moçambique como Presidente da FRELIMO e tornou-se o seu primeiro Presidente da República após a sua independência.

³ **Giulio Andreotti** (Roma, 14 de Janeiro de 1919 — Roma, 6 de Maio de 2013) foi um Líder do Partido Democrata-Cristão Italiano e Andreotti serviu como o 41º Primeiro-Ministro da Itália de 1972 a 1973, de 1976 a 1979 e de 1989 a 1992. Ele também foi Ministro do Interior (1954 e 1978), Ministro da Defesa (1959-66 e 1974) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1983-89) e foi senador de 1991 até a morte em 2013. Também era jornalista e escritor. Andreotti às vezes era chamado Divo Giulio (do latim Divus Iulius, "Divino Julius", um epíteto de Júlio César após sua deificação póstuma).

e encontra uma proporção normal. Portanto, um dos temores de Samora Machel era: “Eu não posso ajoelhar-me diante do Papa”. Chamámos o nosso interlocutor, que naquele caso era José Luís Cabaço, na época Ministro da Informação, ao qual dissemos: “Olha, se vem à Europa e não saúda o Papa é uma ocasião perdida, convêm organizá-la”. José Luís Cabaço entendeu imediatamente, como homem inteligente, requintado, e também com uma boa visão do futuro.

Portanto, resolvemos esses problemas que se originavam de ideias sem fundamento, de ajoelhar-se. Depois os governantes são engraçados, porque se vê que apertam a mão ao Papa com uma certa rigidez. O Papa olha-os de modo simpático, inclusive os comentários de João Paulo II foram: “Comunista? Não é comunista, é um nacionalista.” Pronto, estabeleceu-se um entendimento imediato entre Samora Machel - um pouco carismático, como eram os dois - e João Paulo II. E o resultado foi surpreendente, porque como o encontro não estava previsto, muito menos anunciado, quando a notícia chegou a Moçambique, contaram-nos os eclesiásticos Moçambicanos que foram apanhados de surpresa. Foram ver todas as fotos do encontro de Samora Machel com o Papa, porque Samora Machel explicava um por um: “Esse aqui é um dos homens mais importantes do Mundo, porque comanda todo o Mundo, é meu amigo, esse é meu amigo.” Então dizia isso a todos os eclesiásticos enquanto olhavam as fotos do encontro com o Papa.

Infelizmente, Samora Machel morreu pouco tempo depois, mas certamente resolveu um contencioso e criou uma situação de diálogo que foi também importante nos anos seguintes.

P.: Nessa altura, Dom Matteo promoveu um encontro com Cabaço e com um representante da Santa Sé. Já se começa a conversar sobre o assunto da Paz?

MZ: Naqueles anos era muito difícil falar-se sobre a Paz. Diria quase que impossível. Porque a RENAMO era um fantasma, porque a opção da FRELIMO era identificar a RENAMO como bandidos armados, deslegitimando qualquer aspiração política dos bandidos armados, que tinham somente uma aspiração a título individual, de roubar, etc. Identificava-os também como uma extensão na região, principalmente da África do Sul, ainda em pleno regime do *apartheid*, com o qual, por outro lado, a FRELIMO sempre teve uma política externa muito pragmática. Com o Acordo de Nkomati⁴ tentou resolver o que, segundo as suas análises, era a causa verdadeira.

Então, a FRELIMO dizia que não era um problema interno, mas um problema de agressão directa. Pode-se discutir se o Acordo de Nkomati tenha sido inteiramente aplicado ou não, ou quanto foi aplicado, mas, certamente, não produziu os resultados desejados.

Mas o argumento da Paz era um argumento extremamente delicado. Para nós, a quem interessava estabelecer um diálogo e, podemos dizer, criar as premissas para a Paz. A primeira ocasião a se falar da Paz foi quando a Comunidade de Sant’Egídio foi convidada ao congresso

⁴ O **Acordo de Nkomati** foi assinado em 1984 entre o Governo de Moçambique, liderado pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do dito acordo concordaram em: (1) Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul); (2) Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique). Apesar disto, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra civil em Moçambique até que em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, apoiado pela Comunidade de Santo Egídio.

da FRELIMO em 1988 [de facto, Julho de 1989], no qual Andrea Riccardi⁵ pronunciou o seu discurso no congresso da FRELIMO e falou da Paz.

Havia já no próprio Partido uma maturação sobre o tema da Paz, não fácil obviamente, não assumida. De uma repressão armada, de luta militar contra a RENAMO se passou a uma abordagem mais política, como por exemplo, com Chissano a proposta de amnistia, as primeiras tentativas de tentar entender a RENAMO, de modo mais articulado. Mas, certamente, diria que com alguma lentidão se chegou a uma maturação, à convicção do diálogo como uma saída para resolver os problemas, uma vez que a ajuda regional, especialmente da África do Sul, na realidade, não levou a uma interrupção da luta armada por parte da RENAMO.

P.: A Igreja começa a ter contactos com a RENAMO, respondendo ao Presidente Chissano que disse para encontrarem a RENAMO. Dom Matteo através do representante na Alemanha, começa a fazer contactos com a RENAMO. Pode descrever?

MZ: O problema dos contactos com a RENAMO foi o de encontrar um verdadeiro interlocutor que nos garantisse o contacto com a liderança no terreno, porque esse era o verdadeiro problema. Vieram muitos representantes do exterior, especialmente de Portugal, cuja legitimidade era muito duvidosa. Evo Fernandes⁶ é um desses, depois, infelizmente, morto por causas ainda não esclarecidas em Portugal. Era um representante de um mundo de oposição à FRELIMO ligada à época colonial, ou mesmo, realmente, se ligado à liderança existente no terreno, mas até que ponto a sua ligação ao terreno era com Dhlakama. Esse era o ponto de interrogação a verificar.

Os bispos Moçambicanos, a Igreja Católica e Protestante, portanto formaram uma única comissão, obtiveram um sinal verde, ou seja, o Chissano disse: “Se vocês forem, para mim está bem.” Portanto, não promoveu, mas consentiu e era mais que suficiente para os Bispos Moçambicanos começarem alguma coisa, que anulasse a condenação da RENAMO como bandidos armados. Portanto, também qualquer forma de contacto parecia colaboracionismo, essencialmente, parecia que se dava oportunidade aos bandidos. Então, é claro que havia um cordão muito forte contra a RENAMO. Isso começou a dar uma nova dinâmica.

Os Bispos procuraram diversos contactos. Uma pista Canadiana, uma Americana, uma pista no Quênia. Encontrámos esse contacto com Artur da Fonseca que era o representante da RENAMO, ou que se dizia representante da RENAMO, na Alemanha, através de um Italiano. O encontrámos em Roma e lhe pedimos uma prova, para ter a certeza de que aquele canal fosse um canal credível. A prova foi a libertação de uma freira que tinha sido sequestrada e mantida como refém.

A RENAMO disse depois que, na verdade, a protegia. Algumas vezes a protecção de reféns depende do ponto de vista, mas de qualquer forma, efectivamente, numa operação militar a RENAMO tinha sequestrado essa freira, porque temia que fosse morta pelo exército do

⁵ **Andrea Riccardi** (Roma, 16 de Janeiro de 1950) é um historiador e académico Italiano. Graduado em História Contemporânea pela Universidade de Estudos de Roma III, é notável estudioso da Igreja na Idade Moderna e Contemporânea, bem como fundador da Comunidade de Santo Egídio.

⁶ **Evo Camões Fernandes** (Beira, 1944 - Abril 1988, Lisboa) Ex-policial e jornalista (no Notícias da Beira). No início dos anos 80, tornou-se porta-voz da Renamo, em Lisboa, no início dos anos 80, seguindo-se, em 1984, o cargo de secretário-geral. Foi assassinado, em Lisboa, em 1988.

Governo e depois colocada a culpa na RENAMO para deslegitimá-la, esse era o seu medo. Efectivamente, essa freira foi libertada, nas modalidades que tínhamos concordado, no dia seguinte. Enfim, o contacto funcionou, era certo. Isso para nós representou a ajuda para a Igreja Moçambicana, nesse caso eu diria que ajudávamos muito a Igreja Moçambicana, os Bispos Moçambicanos a estabelecer contactos. Pouco tempo depois organizámos a viagem do monsenhor Gonçalves⁷ à floresta.

P.: Sabemos que o senhor organizou a viagem de Dom Jaime para se encontrar com Dhlakama. Ele saiu de Moçambique convencido de que iria para o Zaire e acabou na Gorongosa. Poderia contar o detalhe?

MZ: O problema maior era chegar até aos líderes. Portanto, essa liderança que não tinha face, fosse quem fosse... Dhlakama era um mistério, circulavam esses boatos sobre eles. Um ou outro era conhecido como o Vicente Ululu⁸, mas de qualquer forma às vezes havia um certo mistério. Mas para resolver o problema era preciso conhecer, dar uma face a esse inimigo. Portanto, propusemos a Fonseca o encontro, mas foi um contacto muito difícil, até mesmo porque pelas próprias comunicações entre Fonseca e o terreno. Como chegar lá era o problema. Conseguimos o contacto com o então Chefe dos Serviços Secretos da África do Sul que demonstrou conhecer muito bem a via de acesso, não teve nenhum problema em garantir a viagem.

Organizaram-na perfeitamente, de modo muito discreto, tanto que disseram ao monsenhor Gonçalves que iriam ao Zaire, mas que no final das contas era Gorongosa, onde chegaram de noite, ficaram toda a noite e voltaram ao amanhecer. Acho que Monsenhor Gonçalves tinha-se confessado três vezes antes da viagem e vestiu-se com a roupa mais solene que tinha, porque disse: “Se, porventura, morro, pelo menos, saberão quem eu sou.”

Era uma viagem que nós a vivemos de longe, claramente, fazendo jus à organização, mas com muita preocupação, porque era como penetrar numa nebulosa. Depois entendemos que era o ponto-chave, porque significava estabelecer uma relação, nós víamos uma face, mas ele também a via. Portanto, era a chave para abrir um canal de confiança. Com todos os riscos do caso, precisa-se dizer que o “avião sul-africano” acho que foi impecável, revelando claramente que o contacto com a RENAMO não estava, enfim, interrompido, mas sem dúvida foi muito útil, porque a partir de então era muito mais fácil para nós e, obviamente, para o monsenhor Gonçalves, poder fazer chegar mensagens e para Dhlakama entender quem eram aqueles que propunham determinadas hipóteses para resolver o conflito.

⁷ **Dom Jaime Gonçalves**, (Nova Sofala, 26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

⁸ **Vicente Zacarias Ululu**, quadro sénior da Renamo, juntou-se à guerrilha em Agosto de 1982. De 2009 até à data da sua morte, em 2014, vítima de ataque cardíaco, foi membro da Comissão Política. Foi deputado da AR desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994 até à sua morte. De 1995 a 2000, desempenhou as funções do segundo vice-presidente do Parlamento. De 2000 a 2005 foi membro da Comissão Permanente da AR.

P.: No início dos anos 90 vocês convidam formalmente a RENAMO para um encontro e o Governo Italiano começa a ser envolvido na pessoa do Mario Raffaelli⁹. Pode contextualizar?

MZ: Em 1990 houve dois factores que, efectivamente, levam, de maneira independente, mas ambos levam o encontro entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO para Roma. Um é a visita de Dhlakama. Ele veio à Roma convidado pela comunidade, com o apoio decisivo do Governo Italiano, do então Primeiro-ministro Giulio Andreotti, que teve vários papéis, entre Ministério dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-ministro, ambos estavam presentes na gestão das negociações e o Primeiro-ministro nos garantiu o apoio, a cobertura prática, também no sentido de deixar entrar Dhlakama sem documentos, de poder fazê-lo sem informar aos Moçambicanos.

Depois encontrámos, por via do contacto que tínhamos, lhe informamos, isso foi justamente a vantagem também de poder informar. Portanto, o informar o Governo favorecia, mas, ao mesmo tempo, não tinha nenhum envolvimento directo. Para Dhlakama todo o mundo, com excepção de poucos aliados, era amigo da FRELIMO e, portanto, inimigos da RENAMO. Ele via o mundo justamente como cúmplices dessa injustiça e também por causa da condenação da comunidade internacional contra a RENAMO que era total. Acho que eram poucos os sectores que viam na RENAMO aquilo que era a autoconsciência deles, ou seja, defensores da democracia, lutadores da liberdade. Na realidade, eram condenados pela comunidade internacional como bandido armados. O relatório Gersony¹⁰, que era o relatório oficial do Departamento de Estado Americano, definia-os como Khmer Rouge¹¹ de África.

Então imaginemos a Itália, que era o primeiro parceiro de cooperação, que era o primeiro país Europeu mais exposto no apoio à FRELIMO. Podia haver dúvidas, perplexidades objectivas, dificuldades, enfim, de ir a Itália. Acho que havia também um certo temor, sem dúvida, porque poder-se-ia tratar de um truque para poder depois entregá-lo ao Governo Moçambicano. Ele confiou também. Fizemos de tudo para que ele pudesse confiar. Isso, sem dúvida, criou uma premissa para o que viria a seguir, na escolha de Roma, como lugar neutral de encontro com a RENAMO.

Por outro lado, o próprio Governo Moçambicano tinha amadurecido, de alguma forma, a ideia de falar com a RENAMO, apesar do fracasso de Nairóbi, que, de facto, não se chegou a um encontro directo, creio que por mal-entendidos, na realidade. Portanto, infelizmente, pensaram que um preâmbulo poderia tornar possível o encontro. Com um preâmbulo se respondia com outro preâmbulo e, no final das contas, não houve nenhum encontro. Mas estava maduro, era questão de diálogo, de premissa, de criar a ocasião, de resolver os mal-entendidos.

⁹ **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o Governo Italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a Renamo.

¹⁰ O **Relatório Gersony** tem como título "Resumo dos Acontecimentos Relacionados com os Refugiados Moçambicanos, principalmente no que respeita à Experiência Relacionada com o Conflito em Moçambique" e foi escrito por Robert Gersony, consultor junto da Secretaria de Programas para Refugiados, Departamento de Estado, datado de Abril de 1988.

¹¹ **Khmer Rouge** (Vermelho) era o nome que foi dado ao Partido Comunista do Kampuchea (CPK), que assumiu o controle do Camboja em 17 de Abril de 1975. O CPK criou o Estado de Kampuchea Democrática em 1976 e governou o país até Janeiro de 1979. Enquanto o Khmer Vermelho esteve no poder, eles estabeleceram políticas que desconsideravam a vida humana e produziram repressão e massacres em grande escala. Eles transformaram o país em um enorme centro de detenção, que mais tarde se tornou um cemitério para quase dois milhões de pessoas, incluindo seus próprios membros e até alguns líderes seniores.

Aguiar Mazula¹², quase que contemporaneamente, mandado por Chissano, veio a Roma, era Ministro, pedir ao Governo Italiano e informar a Santa Sé que o encontro entre o Governo e a RENAMO pudesse acontecer em Roma, dizia sob a protecção de Sant'Egídio. Então, tínhamos essa coincidência, no objectivo da busca pela Paz que colocava Roma como lugar de encontro, até mesmo porque o Governo sabia dos contactos da Comunidade com a RENAMO. Eu diria que isso é fruto da amizade daqueles anos, duma solidariedade sem outros interesses, que não fossem aqueles da cooperação do Governo Italiano, com a presença de uma cooperação muito vasta e duradoura. Uma presença política, com esses elos de confiança. Enfim, tudo isso permitiu a escolha seja do Governo como da RENAMO, ou ambos, de Roma como lugar do encontro directo entre as duas partes.

P.: O presidente Chissano disse que o propósito inicial era de a Santa Sé fazer a mediação, mas realmente a Santa Sé ficou com um papel mais reservado. Pode-nos dar uma explicação disso?

MZ: Eu diria que o Ministro Mazula quando veio entrou em contacto com a Santa Sé, porque era a Igreja, mas para ele era Sant'Egídio, porque justamente conhecia toda a Comunidade. Portanto para ele era interessante que houvesse uma espécie de protecção da Santa Sé, porque o Governo pensava que podia ser o lugar mais protegido, e, portanto, o lugar mais fácil para se ter todas as condições para um encontro com a RENAMO. Por isso informou a Santa Sé e depois trabalhámos aqui [na Comunidade de Sant'Egídio], na tentativa de colocar as premissas para esse encontro.

P.: Como foi o encontro com Mario Raffaelli, que tem uma relação forte com Moçambique?

MZ: Eu encontrei-me com Mario Raffaelli, tínhamos já uma amizade de muitos anos, sempre no âmbito da cooperação e, tenho que dizer, que cresceu muito com a história de Moçambique, particularmente. Quando convidámos Dhlakama, falamos com Mario Raffaelli, que infelizmente não estava em Roma, porque queríamos que ele o encontrasse. Por vários motivos, porque conhecia a situação, etc.. Infelizmente naquele dia não estava em Roma. Mas eu diria que a escolha de Mario Raffaelli era quase que natural. É como pensar quando alguém é tão ligado com uma situação, era a escolha mais fácil, não mais fácil, mas a única escolha que nos vinha em mente, quer para os Moçambicanos, quer para nós, obviamente. Para o Governo Italiano quando se tratava de Moçambique era o Mario Raffaelli que conhecia e que tinha crédito, enfim.

Então em Fevereiro de 1990, houve a visita de Dhlakama e Vicente Ululu em Roma para conhecer a Comunidade, para estabelecer o primeiro contacto. Creio que para ele foi o primeiro contacto com o Ocidente e, portanto isso tinha um valor enorme. Sem dúvida acho que esse foi um dos motivos porque se confiou em Roma.

¹² Aguiar Jonassane Reginaldo Real Mazula, foi Ministro do Trabalho, da Administração Estatal e da Defesa durante os Governos de Samora Machel e Joaquim Chissano. Foi membro da Delegação do Governo Moçambicano nas negociações havidas em Roma com a RENAMO que antecederam a assinatura do Acordo Geral de Paz.

A etapa seguinte foi a viagem de Raul Domingos. Não se encontrou na sua viagem com o Governo. Depois houve o encontro em Julho, no qual, obviamente, era claro que tinham que se encontrar, secretamente, as duas delegações.

A ideia era somente o encontro, o valor em si era somente o encontro. Era para falar. O que isso depois produziria, ou poderia produzir era realmente difícil prever. Havia interpretações de que o encontro levaria rapidamente a uma solução, que o encontro em si fosse já o conteúdo e creio que chegámos, inclusive, a dar declarações de que, provavelmente, para o Natal a Paz teria chegado a Moçambique. Errámos no ano, foram dois anos. De qualquer forma a premissa, certamente, foi a viagem de Dhlakama em Fevereiro.

P.: Muito rapidamente estabeleceu-se, nas conversações, a fórmula Italiana. Houve alguma reacção internacional de desconfiança de que essa fórmula não pudesse funcionar bem?

MZ: Nos vários meses essa fórmula, que é obviamente uma fórmula original, diria objectivamente era uma fórmula inteligente, no sentido que era aquela que permitia às partes de estarem presentes, de garantir o carácter institucional, com a presença de Mario Raffaelli e do Governo Italiano, como Governo. Claro que havia dificuldades e havia pessoas que pensavam, são tantos, diziam que não conhecem a situação, acreditavam que as negociações em outro lugar teriam tido outra dinâmica.

Fomos escolhidos pelas partes e essa convicção profunda era a grande vantagem, de uma facilitação primeiro e de uma mediação depois, não imposta, mas fruto de uma confiança verdadeira na composição e também nas pessoas. Claro que essas tentativas de se levarem as negociações para outro lugar, ou de menosprezar a fórmula, nunca tiveram espaço, nem no Governo, nem na RENAMO, até porque eram problemas objectivos, poderiam ter ido para um outro lugar, mas os problemas seriam os mesmos.

P.: Em relação ao primeiro encontro, secreto, sabia-se que havia muita desconfiança. Qual foi o seu papel para fomentar confiança entre as partes?

MZ: Aqueles três dias de encontro foram, sem dúvida, dias de emoção. Mas também de muitos temores, dos modos, de se insultarem e isso não teria sido difícil levando em conta o progresso e, sobretudo, porque a guerra continuava. Uma das complicações da negociação foi que, do início ao fim, ela foi realizada com as armas nas mãos. Não foi decretado um cessar-fogo, o cessar-fogo é um fruto da negociação. Portanto, principalmente, no início só poderia ocorrer uma clarificação, ajustamento de títulos, de como chamar-se, de apertar as mãos, etc.

Então, houve uma grande participação emotiva, uma grande atenção, para que se evitasse qualquer tipo de erro da nossa parte e, principalmente, qualquer tensão da parte deles, que por sinal se revelaram muito atentos, respeitosos, ansiosos de olhar-se nos olhos, de estudar-se, de entender-se, enfim.

Os encontros duravam pouco, mas os comentários duravam o resto do dia: “Mas ele... você viu aquele outro...”, etc.. porque nunca se tinham visto antes, era a primeira vez que

fisicamente se viam. Raul Domingos, cuja resistência era notada claramente, pela sua maneira de olhar, e vice-versa. Ao Vicente Ululu já o conheciam e inclusive alguém deles já se tinha encontrado com Vicente, conhecia-o até mesmo pessoalmente porque esteve na Tanzania durante a luta pela independência, caso contrário, não haveria nenhum conhecimento directo.

Dou um exemplo, não há praticamente nenhuma fotografia. As únicas fotos que tirámos, para manter a máxima discrição, foram no brinde, com um champanhe *Trentino*. Tínhamos receio de pedir, ou não, para que brindássemos. Mas os nossos temores eram para evitar qualquer dificuldade e essa é a única foto que temos, de todo o encontro. É já no final quando tinha sido já assinado o comunicado conjunto, que documentava a essência do encontro, a filosofia de fundo do encontro, na direcção de um outro encontro seguinte. Mas o facto de não tirar mais fotos era para dizer que nada nos interessava mais do que o encontro corresse bem. Portanto, queríamos evitar qualquer tipo de problema, ou de suspeita, que pudesse criar dificuldades para as duas partes.

P.: Qual a importância que dá à existência das relações pessoais, nos jantares e em todo o trabalho que se fazia fora das salas?

MZ: Acho que as relações pessoais foram um elemento muito importante, talvez decisivo. Tendo em consideração que as duas delegações não tinham nenhum contacto directo, ou seja, não esperavam juntas no mesmo lugar, entrava um depois entrava o outro, somente cumprimentando-se com um “bom dia” e pronto, seja no início ou no fim do encontro e, rigorosamente, sem nenhuma intimidade, sem nenhuma possibilidade de contacto, por escolha da RENAMO. A escolha da RENAMO era nenhum contacto, de nenhum tipo. Creio que chegaram a se encontrar alguma vez na rua, mas casualmente. Os primeiros contactos informais foram, na realidade, sempre com a nossa presença, porque a RENAMO não queria que depois a FRELIMO pudesse jogar com a ambiguidade, esse era o medo da RENAMO - eu diria, que seria um problema interno de controlo.

Portanto, claro que ali o clima, era de muitas maneiras explicar para um o pensamento do outro, às vezes, fazermos-nos entender, facto que não era assim tão fácil, e sobretudo encontrar categorias de dissidências, porque não se pode dizer que fosse muito claro o pensamento profundo, e depois traduzi-lo, ir além da desconfiança instintiva, das dez mil objecções, algumas com fundamento, outras por nada. Isso creio que se conseguiu com um clima de confiança, de simpatia, no qual o tempo também contou, porque acho que perdemos muito tempo com ambas delegações. Mas isso também foi importante, para ter a oportunidade de entender também os motivos das desconfianças, das objecções, para poder-se ir além. Sem sombra de dúvida, creio que isso foi um elemento extremamente importante na dinâmica das negociações.

P.: Durante as conversações, qual foi o seu principal papel? Como Mario Raffaelli era mais próximo do Governo, conseguia fazer um contrabalanço natural?

MZ: Diria que a fórmula teve uma grande vantagem, isso sem dúvida, acredito também que seja pela escolha absoluta de ajudar sem nenhum outro interesse, que não fosse o da Paz.

Portanto, se houve uma diferença de papéis, diria que houve uma grande harmonia e também o estar juntos e saber valorizar as características, as capacidades, as intuições, as experiências de cada um.

A RENAMO tinha desconfianças sobre Raffaelli. Talvez o Governo em relação a Dom Jaime tivesse dúvidas, e depois sendo Moçambicano, não foi fácil para o Governo aceitar a presença de Dom Jaime como mediador, isso era curioso também. Sem dúvida, foi um elemento importante nas garantias, mas diria que isso se tornou depois um conjunto e um trabalho, entre nós, que realmente nos sentíamos uma coisa só, com uma paixão que nos unia e diria, também, que os papéis que estavam em jogo, porque o Governo Italiano era o Governo Italiano, etc., se adquiria uma unidade, e portanto uma força maior no nosso trabalhar juntos, numa amizade que nos unia profundamente e interessada somente no bom andamento das negociações.

P.: Do ponto de vista das delegações, qual era a situação no que respeita à confiança mútua?

MZ: O facto de que estávamos juntos, certamente, permitiu uma confiança e evitava que qualquer desconfiança, compreensível, por exemplo, que a RENAMO pudesse ter em relação ao Governo Italiano, ou o Governo Moçambicano em relação a Dom Jaime. Na realidade estávamos sempre juntos, sempre partilharmos tudo, nunca houve reservas. Infelizmente às vezes acontece, até mesmo uma pequena inveja, mas acho que não só não me recorde de nenhum problema desse tipo, pelo contrário, eu diria que a própria plenitude, a própria força não permitia que as partes tivessem desconfiança. Depois também porque éramos uma equipa profundamente unida no esforço de encontrar as melhores soluções para as negociações.

P.: Já quase no final, há um anúncio de uma reunião presidencial em Gaborone e, de certa maneira, isso podia fazer fugir o foco principal e dizer que Roma não estava sendo efectiva. Vocês sentiram isso como um problema?

MZ: O encontro de Gaborone poderia ter sido objectivamente um problema porque criava uma dinâmica, iludir-se criando uma coisa completamente nova, apagando as negociações, como se os problemas, como se nós não tivéssemos a condição de resolvê-los, porque havia problemas e eram difíceis.

Mas tenho que dizer que, à distância no tempo, a nossa escolha foi muito correcta. Não queríamos, nem podíamos, obviamente, criar problemas, dizíamos: “Se vocês confiam uns nos outros então façam num outro lugar”. Se funcionasse tanto melhor. Quero dizer se Chissano se entendesse com Dhlakama, o embaraço era também para os 2 negociadores em Roma, não era somente nosso, mas em Roma não é que entendiam tudo que o estava acontecendo ali, essa era um pouco a nossa impressão, a minha, pelo menos. Mas se funcionasse, muito bem, não fizemos nenhum tipo de oposição, nenhum tipo de resistência, nenhuma atitude de manifestar desapontamento. Se funcionasse, se os dois Presidentes se tivessem entendido, melhor ainda, enfim.

A nossa missão era explicar: esse é o quadro e era necessário - o que não foi muito fácil - enquadrar a situação, de algum modo, até muito complicada, saber o que disseram os dois

Presidentes, interpretá-los e depois integrar ao quadro das negociações. Algo que não foi muito fácil, não foi fácil.

O encontro directo entre Dhlakama e Chissano em Gaborone, na realidade, também foi importante. Acho que, com a convicção do pouco que fizemos, podia-se criar uma dinâmica que deslegitimava todo o quadro que, com muita fadiga, se era construído ao longo dos meses. Podia-se criar uma ilusão, como que se um encontro directo facilmente pudesse resolver os problemas, mas não era assim.

Portanto, a ideia que nós tivemos era a de não contrapor, porque poderia ser também uma solução, porque se funcionasse melhor ainda, mas de fazer entrar o conteúdo daquele encontro, talvez complicado, mas de colocá-los no quadro das negociações e de tentar tirar daquele encontro aquilo que tinha de positivo para resolver os contenciosos, as dificuldades que ainda bloqueavam a conclusão do acordo.

P.: Na sua visão acha que dois anos foi muito tempo?

MZ: Dois anos são muitos, certamente. Nós recebíamos muitas críticas dos missionários e religiosos de Moçambique que diziam: “Basta, aqueles estão em Roma comendo *spaghetti*, comem bem, não têm vontade de acabar...”, etc.

Na realidade, se pensarmos bem, também para nós pareceu muito e também foi um pouco cansativo, sem dúvida, pelo significado e também pelo empenho, porque efectivamente foram 2 anos quase dedicados exclusivamente a isso. Na verdade foi até pouco, porque dois anos e qualquer coisa, entre o primeiro encontro directo e uma conclusão, se formos comparar com negociações eternas ou negociações que não encontram decisões claras, que requerem ajustamentos posteriores, não foi muito. Foi um período que se revelou necessário, mas se fazemos essa comparação, diria que foi um período razoável, para se encontrar um acordo e garantias de aplicação que depois permitissem a aplicação do acordo.

P.: Sobre as cartas dos cristãos, sendo uma delas do pai de Raul Domingos. Pode falar sobre isso?

MZ: Em 1992, então depois de 2 anos de negociação, veio obviamente um evidente cansaço, quase de incredulidade por parte de quase de toda a gente. Parecia que esse processo se eternizava. Os religiosos pediram-nos – e nos éramos favoráveis - que se fizesse um apelo às duas partes, dizendo que o povo sofre, e que, portanto, tentassem concluir o mais rápido possível. Os religiosos envolveram todas as paróquias do país.

Portanto, quando apresentaram às duas delegações essas assinaturas, eram centenas delas, entregaram com os pacotes das diversas cidades. Então Raul Domingos viu que tinha Beira e começou a procurar a paróquia de Macúti, acredito que fosse a paróquia de seu pai e, efectivamente, encontrou a assinatura do pai. Comoveu-se ao ver, depois não controlou a emoção que sentiu ao ver a assinatura do pai que não via há anos, que para não colocar em dificuldades tinha cortado qualquer tipo de contacto com o pai numa tentativa de proteger a família de eventuais repressões por parte do Governo. Portanto, para ele foi claramente uma

confirmação da necessidade de se concluir o mais rápido possível. Necessidade essa que as duas partes sentiam já de modo evidente, enfim, de concluir as negociações.

P.: Sempre foi uma pessoa dedicada ao povo, mas pelo facto de ter ajudado no processo de Paz qual foi o significado pessoal que este teve para si?

MZ: A Paz de Moçambique, sem dúvidas, tem um significado pessoal para mim, de uma Graça, em termos cristãos, de poder ter ajudado algo que quer dizer o futuro, a esperança, o fim do sofrimento para um país inteiro, enfim, efectivamente, algo que para mim, pessoalmente, é um dom, uma satisfação. Penso que, sobretudo, a consciência de quanto é possível ajudar para a Paz. A Paz de Moçambique não é uma fórmula, não é repetível, mas aquilo que é repetível é que se pode fazer alguma coisa pela Paz, pode-se ajudar o diálogo e para isso há significados diferentes mas que, de qualquer forma, pode ser também que não leve a nada. A diferença foi que para Moçambique levou ao fim dos conflitos. É sempre necessário e possível fazer algo pela Paz.